

Greenpass Tecnologia e Instituição de Pagamento HUE S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre Findo em
30 de Junho de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

Atendendo às disposições legais e regulatórias, submetemos para apreciação as demonstrações financeiras individuais da GREENPASS TECNOLOGIA E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HUE S.A. (“Companhia” ou “Greenpass”) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Banco Central do Brasil (“BACEN”) e do Comitê dos Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicáveis.

A Companhia tem como atividade principal a atuação como instituição de pagamento credenciadora que, sem gerenciar conta de pagamento: (a) habilita recebedores para a aceitação de instrumento de pagamento emitido por instituição de pagamento ou por instituição financeira participante de um mesmo arranjo de pagamento; e (b) participa do processo de liquidação das transações de pagamento como credor perante o emissor, de acordo com as regras do arranjo de pagamento.

A Greenpass faz parte do Grupo Edenred, de origem francesa e presente em mais de 45 países, que é líder mundial em soluções de mobilidade, de pagamentos e de benefícios. Conhecida no mercado pela marca Taggy, a Companhia desenvolve e implementa soluções “white label” de mobilidade para empresas e pessoas. Nossas soluções de pagamento automático estão presentes em 100% dos pedágios no Brasil, sejam nas praças tradicionais ou no modelo *Free Flow*, e em centenas de estacionamentos de shoppings, aeroportos e edifícios comerciais.

A Greenpass obteve em 17 de abril de 2024, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade de credenciador, concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), nos termos da Resolução BCB nº 81, de 25 de março de 2022, conforme publicação no Diário Oficial da União

Neste semestre, registramos um importante crescimento de 90% na receita operacional em relação ao mesmo período de 2023, fruto da expansão do volume de negócios e da maior rentabilidade dos clientes. Não obstante, pelo fato do nosso modelo de negócios pressupor uma larga escala de clientes para suplantarem os custos fixos da operação, ainda registramos um prejuízo de (6.951).

Nosso plano de negócios indica que esta situação será revertida a partir do exercício de 2025, como consequência do aumento da base de clientes, que será impulsionada (i) pela expansão da malha rodoviária pedagiada no Brasil, com mais de 30 novas concessões previstas até 2026; (ii) por incentivos à adoção de pagamentos automáticos em pedágios, como descontos tarifários exclusivos e progressivos e (iii) pela maior disseminação do Taggy nas bases de clientes dos emissores existentes.

AGRADECIMENTOS

Aproveitamos a oportunidade para agradecer aos nossos funcionários, pelo empenho e dedicação, e aos nossos clientes, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Greenpass Tecnologia e Instituição de Pagamento HUE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Greenpass Tecnologia e Instituição de Pagamento HUE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Greenpass Tecnologia e Instituição de Pagamento HUE S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Desempenho e continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia, nos últimos anos, vem passando por um processo de reestruturação desde a sua aquisição pelo Grupo Edenred em 2022. Com isso, a Companhia vem apresentando prejuízos nos últimos períodos e requerendo, assim, recursos financeiros das empresas do Grupo Edenred, seja por meio de aportes de capital ou empréstimos, para a manutenção de suas atividades. A Administração, com base no seu plano de negócio, espera resultados positivos futuros, sendo que a continuidade das operações depende desses recursos financeiros e do atingimento do plano de negócio. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas para o semestre findo em 30 de junho de 2024, sem comparação com o período anterior, devido à Administração ter optado pela faculdade prevista no artigo 42º da Resolução BCB nº 2/2020 de não apresentar informações comparativas nessas demonstrações financeiras por ser tratar da primeira elaboração das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

GREENPASS TECNOLOGIA E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HUE S.A.
(CNPJ: 28.581.308/0001-97)

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores apresentados em milhares de Reais)

| Ativo | Notas explicativas | 30/06/2024 | Passivo e patrimônio líquido | Notas explicativas | 30/06/2024 |
|--------------------------------|-----------------------|----------------|---------------------------------------|-----------------------|-----------------|
| Circulante | | | Circulante | | |
| Disponibilidades | 4 | 3.721 | Fornecedores | 13 | 4.457 |
| Intrumentos Financeiros | | 68.990 | Repasse | 14 | 202.488 |
| Títulos e valores mobiliários | 5 | 68.990 | Adiantamento de clientes | 15 | 8.481 |
| Rendas a receber | 6 | 2.032 | Obrigações sociais e trabalhistas | 16 | 1.661 |
| Valores a arrecadar de repasse | 7 | 141.778 | Obrigações fiscais correntes | 17 | 82 |
| Adiantamentos | 8 | 285 | Empréstimos - mútuo | 20 | 31.364 |
| Ativos fiscais correntes | 9 | 5.165 | Outras contas a Pagar | 20 | <u>106</u> |
| Despesas antecipadas | 10 | 2.265 | | | <u>248.639</u> |
| Outras contas a receber | | <u>816</u> | | | |
| | | <u>225.052</u> | | | |
| Não circulante | | | Patrimônio líquido | | |
| Ativos fiscais diferidos | 21.b | 26.453 | Capital social | 19.1 | 66.933 |
| Imobilizado | 11 | 4.337 | Prejuízos acumulados | | <u>(53.509)</u> |
| (Depreciação acumulada) | 11 | (372) | | | 13.424 |
| Intangível | 12 | 14.952 | | | |
| (Amortização acumulada) | 12 | <u>(8.359)</u> | | | |
| | | 37.011 | | | |
| | | | | | |
| Total do ativo | | <u>262.063</u> | Total do passivo e patrimônio líquido | | <u>262.063</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

GREENPASS TECNOLOGIA E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HUE S.A.
(CNPJ: 28.581.308/0001-97)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores apresentados em milhares de Reais)

| | Notas explicativas | 30/06/2024 |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Receita líquida de prestação de serviços | 22 | 11.972 |
| Resultado de intermediação financeira | 22 | <u>3.125</u> |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | | 15.097 |
| Custos dos Serviços Prestados | 23.1 | (11.687) |
| LUCRO OPERACIONAL BRUTO | | <u>3.410</u> |
| (Despesas)/receitas operacionais | | |
| Despesas com pró-labore e pessoal | 23.2 | (5.810) |
| Despesas operacionais e administrativas | 23.3 | (5.251) |
| Despesas tributárias | 23.4 | <u>(26)</u> |
| Resultado operacional | | <u>(7.677)</u> |
| Receitas financeiras | 24.1 | 35 |
| Despesas financeiras | 24.2 | <u>(2.797)</u> |
| Resultado financeiro líquido | | (2.762) |
| Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social | | <u>(10.439)</u> |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos | 21.a | 3.488 |
| Prejuízo do semestre | | <u><u>(6.951)</u></u> |
| Prejuízo do semestre por ação | 25 | (22,57) |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

GREENPASS TECNOLOGIA E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HUE S.A.
(CNPJ: 28.581.308/0001-97)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores apresentados em milhares de Reais)

| | <u>30/06/2024</u> |
|---|-----------------------|
| Prejuízo do semestre | (6.951) |
| Outros resultados abrangentes | <u>-</u> |
| Total do resultado abrangente do semestre | <u><u>(6.951)</u></u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

GREENPASS TECNOLOGIA E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HUE S.A.
(CNPJ: 28.581.308/0001-97)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores apresentados em milhares de Reais)

| | Capital social integralizado | Prejuízos acumulados | Total |
|----------------------------------|---------------------------------|-------------------------|---------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 66.933 | (46.558) | 20.375 |
| Prejuízo do semestre | - | (6.951) | (6.951) |
| Saldos em 30 de junho de 2024 | <u>66.933</u> | <u>(53.509)</u> | <u>13.424</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

GREENPASS TECNOLOGIA E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HUE S.A.
(CNPJ: 28.581.308/0001-97)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores apresentados em milhares de Reais)

| | <u>30/06/2024</u> |
|---|-------------------|
| Das atividades operacionais | |
| Prejuízo do semestre | (6.951) |
| Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais: | |
| Depreciações e Amortizações | 1.399 |
| Impostos Diferidos | (3.488) |
| Provisão de juros sobre empréstimos | 2.079 |
| Prejuízo ajustado | <u>(6.961)</u> |
| Variação nos ativos e passivos operacionais | |
| Instrumentos financeiros - títulos e valores mobiliários | (19.253) |
| Rendas a receber | (868) |
| Valores a arrecadar de repasse | 111.688 |
| Adiantamentos | (103) |
| Impostos a recuperar | (1.266) |
| Despesas antecipadas | 2.281 |
| Outras contas a receber | (135.513) |
| Fornecedores | (1.537) |
| Repasse | 41.896 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | (821) |
| Obrigações fiscais | 19 |
| Adiantamento de clientes | (961) |
| Outras contas a pagar | 25 |
| Juros Pagos | (1.219) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais | <u>(12.593)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | |
| Aquisição de imobilizado/intangível | (2.527) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | <u>(2.527)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | |
| Mútuo com partes relacionadas - recebido | 29.500 |
| Liquidação (principal) mutuo com partes relacionadas | <u>(16.500)</u> |
| Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos | 13.000 |
| Aumento / (Redução) de caixa e equivalente de caixa | <u>(2.121)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre | 5.842 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre | 3.721 |
| Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa | <u>(2.121)</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Greenpass Tecnologia e Instituição de Pagamentos HUE S.A. ("Greenpass" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, iniciou suas operações em 2017, com sede na rua Olimpíadas nº 205 conj. 41 - Bloco Comercial, Vila Olímpia, São Paulo - SP, e tem por objeto social: (i) a prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais, de estabelecimentos prestadores de serviço e de concessionárias de serviços públicos, incluindo, mas não se limitando a concessionárias de estradas de rodagem, vias urbanas, pontes e túneis; (ii) a arrecadação, agenciamento, administração e intermediação dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas e manuais com quaisquer meios de pagamento e meios eletrônicos ou manuais destinados a transações financeiras, bem como a manutenção dos agenciamentos de tais valores em sistemas informáticos; (iii) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador (software) customizados; e (iv) a participação no capital social de outras sociedades.

A Companhia foi pioneira no desenvolvimento de uma plataforma tecnológica "white label" que conecta instituições financeiras ou de pagamento ao sistema de cobrança automática de pedágios e estacionamentos, por meio dos produtos "Taggy" e "Parkky". O "Taggy" possibilita o pagamento automático de transações de pedágios e estacionamentos por meio de um dispositivo adesivo instalado no para-brisa de veículos. Já o "Parkky" possibilita o pagamento eletrônico de estadias em estacionamentos por meio da leitura óptica dos códigos de barras contidos nos tickets de papel impressos pelos estabelecimentos credenciados. Ambas as soluções são oferecidas a instituições financeiras ou de pagamento que as disponibilizam para a sua base de clientes com a sua própria marca.

Em 21 de fevereiro de 2022, o Grupo Edenred adquiriu o controle acionário da Companhia, por meio de sua subsidiária Ticket Soluções HDFGT S.A. A aquisição corresponde a 51% das ações da Companhia, sendo uma parcela por meio da emissão primária de ações, e outra por aquisição secundária.

Em 30 de novembro de 2023, o Grupo Edenred, por questões de operações e de negócio, decidiu transferir o controle da Companhia da Ticket Soluções HDFGT S.A. para a Edenred Soluções de Mobilidade e Instituição de Pagamento HU S.A.

A Greenpass obteve em 17 de abril de 2024, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade de credenciador, concedida pelo Banco Central do Brasil - BACEN, nos termos da Resolução BCB nº 81, de 25 de março de 2022, conforme publicação no Diário Oficial da União.

A Companhia apresentou no semestre findo em 30 de junho de 2024 prejuízo de R\$6.951. O atual plano de negócios da Greenpass evidencia que esta situação deverá ser revertida nos próximos anos, com base: (i) na crescente adesão de novos usuários ao produto “Taggy”, por meio de instituições emissoras já clientes e novos potenciais; (ii) no modelo de negócios altamente escalável, apoiado em uma plataforma projetada para suportar milhões de usuários com custo marginal mínimo; (iii) nos seus diferenciais competitivos, como a personalização da solução com marca própria, a experiência transparente para o usuário, o baixo custo que permite modelos comerciais agressivos, entre outros; (iv) aumento da capacidade de vendas com a compra da Companhia pelo Grupo Edenred; e (v) a Companhia está com um projeto em andamento para troca de tecnologia das antenas, com o objetivo de reduzir os custos de compartilhamento das antenas com outras empresas.

Adicionalmente, a Administração da Companhia avalia que algumas tendências de mercado favorecerão a adoção dos seus produtos, entre as quais estão a digitalização dos meios de pagamento e os incentivos governamentais à utilização do sistema de cobrança automática em pedágios com concessão de descontos tarifários.

A Companhia nos últimos anos vem passando por um processo de reestruturação desde a sua aquisição pelo Grupo Edenred em 2022. Na época, houve uma integralização de capital de R\$30 milhões e ao longo do ano de 2023 e de 2024 foram concedidos empréstimos/mútuo pelas empresas do Grupo Edenred no montante de R\$46 milhões como parte do plano de investimentos e continuidade de suas operações. Trata-se de um novo investimento do Grupo Edenred e está previsto no plano de negócio o desempenho atingido até a maturidade do negócio, sendo assim requerido aportes de capital durante esse período de maturação. Caso haja necessidade adicional de caixa no curto prazo, a Companhia conta com as demais empresas do Grupo Edenred seja por meio de operações de mútuo ou aumento de capital.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), normas e Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020 do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo BACEN.

- Pronunciamento técnico CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro | Resolução BCB nº 120/21.
- Pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos | Resolução BCB nº 120/21.
- Pronunciamento técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis | Resolução CMN nº 4.524/16.
- Pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa | Resolução BCB nº 02/20.
- Pronunciamento técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível | Resolução BCB nº 07/20.
- Pronunciamento técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas | Resolução BCB nº 02/20.

- Pronunciamento técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações | Resolução BCB nº 02/20.
- Pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | Resolução BCB nº 120/21.
- Pronunciamento técnico CPC 24 - Evento Subsequente | Resolução BCB nº 02/20.
- Pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | Resolução BCB nº 02/20.
- Pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado | Resolução BCB nº 06/20.
- Pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados | Resolução BCB nº 59/20.
- Pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por ação | Resolução BCB nº 02/20.
- Pronunciamento técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo | Resolução BCB nº 120/21.
- Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente | Resolução BCB nº 120/21.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as normas e instruções do BACEN, quando aplicáveis, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como:

- i) Valor justo de determinados ativos e passivos financeiros.
- ii) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito.
- iii) Prazo de vida útil do ativo imobilizado.
- iv) Prazo de vida útil de ativos intangíveis.
- v) Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de passivos contingentes.
- vi) Reconhecimento de créditos tributários, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo estes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas, sendo estas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas.

Em virtude de a Companhia ter obtido autorização para atuar como instituição financeira de pagamento pelo BACEN em 17 de abril de 2024, passando a enviar as informações requeridas pelo BACEN a partir dessa data, a Companhia optou pela faculdade prevista no art. 42, § 5º da Resolução BCB nº 02/20 de não apresentar as informações comparativas das demonstrações financeiras, semestrais e anuais, relativas ao ano da autorização para funcionamento da instituição pelo Banco Central do Brasil.

As demonstrações financeiras foram preparadas em reais (R\$), sendo essa a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pela Administração em 28 de agosto de 2024.

2.1. Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

- Resolução BCB nº 391, publicada em junho de 2024, altera a Resolução BCB nº 178, de 19 de janeiro de 2022, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Esta Resolução estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil que devem observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) - Arrendamentos, aprovado em 6 de outubro de 2017, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

- Resolução BCB nº 352 publicada em novembro de 2023, a qual revoga a Resolução BCB nº 219/21, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de “hedge”) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional da norma internacional IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Companhia está trabalhando na implementação da referida norma e eventuais impactos da sua adoção em 2025 serão divulgados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Dentre as principais mudanças estão a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimentos de juros em caso de atraso, cálculo de taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. O plano de implementação do referido normativo está segregado em três fases:

- I. Governança: Criação de fóruns compostos por diferentes níveis hierárquicos dedicados à definição e acompanhamento da implementação.
 - II. Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas da companhia.
 - III. Revisão das Estimativas: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.
- Resolução BCB nº 390, altera a Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021, que dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil e as principais regras para utilização das rubricas contábeis do elenco de contas do Cosif, no que diz respeito aos níveis de agregação e aos tipos de rubricas contábeis.

A Resolução define que:

- i) O código das rubricas contábeis do elenco é formado por, no mínimo, cinco níveis de agregação.
- ii) Fica limitada a dez níveis a quantidade máxima de níveis de agregação do elenco de contas Cosif.

- iii) O ato normativo que criar novos níveis de agregação no elenco de contas do Cosif deve entrar em vigor a partir do exercício seguinte e, no mínimo, seis meses depois de sua publicação.

A escrituração contábil somente pode ser efetuada nas rubricas contábeis relativas a operações que a instituição está autorizada a realizar.

A instituição líder do conglomerado deve, nos documentos consolidados, usar as rubricas contábeis destinadas ao uso pelas demais entidades integrantes do consolidado para a escrituração dos eventos e das transações por elas realizados, ressalvadas as eliminações e as reclassificações previstas na regulamentação.

A Resolução entra em vigor em:

I - em 1º de janeiro de 2030, no que se refere:

- a) ao art. 1º, na parte em que altera o art. 4º da Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021.
b) ao art. 2º, caput, inciso I, alínea “a”.

II - em 1º de julho de 2024, quanto ao disposto no art. 2º, caput, incisos II e III.

III - em 1º de janeiro de 2025, quanto aos demais dispositivos.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Disponibilidades

São representados por dinheiro em caixa, depósitos em instituições financeiras, aplicações em operações compromissadas, não estando sujeitos a um risco significativo de mudança no seu valor justo. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

c) Instrumentos financeiros - Circular BACEN nº 3.068/01

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Negociação:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado.

- Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“accrua”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados são realizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.
- Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

Em 30 de junho de 2024 a Companhia não possuía títulos classificados na categoria “negociação”.

d) Rendas a receber

São representados pelos valores faturados a receber de clientes pela prestação de serviços para os estacionamentos conveniados e agendamento de passagens nos pedágios das concessionárias, que são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

e) Valores a arrecadar de repasse

Refere-se às transações realizadas pelos usuários do Sistema “Taggy” e “Parkky”, que serão arrecadadas e repassadas para a rede de aceitação de estacionamentos e concessionárias de rodovias.

f) Despesas antecipadas

A rubrica é composta pelos valores despendidos na aquisição e na contratação de serviços de instalações de placas de sinalização para as praças de pedágio das rodovias em que a Companhia atua, que serão apropriados ao resultado de acordo com os prazos de vida útil vinculados dos ativos.

g) Outras contas a receber

Corresponde a transações com empresas ligadas oriundas de operações de pedágio e estacionamento.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos bens tangíveis próprios e às benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros destinados à manutenção das atividades da Companhia ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social. É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável dos ativos (“impairment”), quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear, considerando a vida útil estimada de uso para cada ativo, obedecendo as seguintes taxas anuais aplicadas: computadores e periféricos - 20%.

i) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É reconhecido pelo seu valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável (“impairment”). A amortização do ativo intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente e de forma linear, ao longo da sua vida útil estimada, considerando as seguintes taxas anuais aplicadas: software e programas de computador - 20% e software de desenvolvimento de aplicativos 20%.

j) Redução ao valor recuperável - ativos não financeiros

A Resolução BCB nº 120/21 dispõe sobre procedimentos aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (“impairment”) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se há alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, não houve reconhecimento de perda por impairment durante o semestre findo em 30 de junho de 2024.

k) Outras obrigações

Os valores registrados no grupo de outras obrigações referem-se substancialmente a valores de contratos emitidos e transacionados disponíveis para serem repassadas para os postos credenciados, bem como antecipação de clientes a serem destinados aos respectivos fretes contratados. O grupo é composto também por contas a pagar para fornecedores, obrigações trabalhistas, dividendos a pagar, obrigações fiscais e previdenciárias e outras contas a pagar.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução BCB nº 09/20, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Companhia. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido.
- Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.
- Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) referem-se a demandas judiciais pelas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente.

m) Obrigações fiscais correntes e diferidas

- Correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Companhia é o lucro real.
- Diferidas: os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A alíquota vigente para as operações é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no País sobre lucros tributáveis, conforme previsto na legislação tributária desta jurisdição.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” diretamente no patrimônio líquido.

n) Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

o) Resultados não recorrentes

A Resolução BACEN nº 2/20, dispõe sobre a divulgação de resultados não recorrentes, sendo eles considerados os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da instituição e; não estejam previstos para ocorrerem com frequência nos exercícios futuros.

Não foram identificados resultados não recorrentes auferidos no semestre findo em 30 de junho de 2024.

4. DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho 2024, o saldo de disponibilidades é composto por caixa da Companhia conforme saldos a seguir:

| | <u>30/06/2024</u> |
|----------------|---------------------|
| Moeda nacional | <u>3.721</u> |
| Total | <u><u>3.721</u></u> |

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 30 de junho 2024, os títulos e valores mobiliários foram classificados como “disponíveis para venda”, composto pelos saldos apresentados abaixo:

5.1. Composição por classificação dos títulos e valores mobiliários

| | <u>30/06/2024</u> | |
|---|----------------------|----------------------|
| | <u>Custo</u> | <u>Valor de</u> |
| | <u>amortizado</u> | <u>mercado</u> |
| Carteira própria - Disponível para venda | | |
| Certificados de Depósitos Bancários - CDB (*) | <u>68.990</u> | <u>68.990</u> |
| Total (**) | <u><u>68.990</u></u> | <u><u>68.990</u></u> |

(*) Aplicações indexadas ao CDI, cuja remuneração foi de 100% até 101% do CDI em 30 de junho de 2024.

(**) Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o semestre findo em 30 de junho de 2024.

5.2. Composição por vencimento

| | 30/06/2024 | | Total |
|---|--------------|-------------------|--------|
| | Até 12 meses | Acima de 12 meses | |
| Carteira própria - Disponível para venda | | | |
| Certificados de Depósitos Bancários - CDB | 68.990 | - | 68.990 |
| Total | 68.990 | - | 68.990 |

6. RENDAS A RECEBER

| | 30/06/2024 |
|----------|------------|
| Clientes | 2.032 |
| Total | 2.032 |

O saldo de clientes está “a vencer” em sua totalidade. O prazo de recebimento é de até 30 dias.

7. VALORES A ARRECADAR DE REPASSE

| | 30/06/2024 |
|---|------------|
| Valores a arrecadar de repasse | 5.708 |
| Valores a arrecadar de repasse - partes relacionadas (nota explicativa nº 20) | 136.070 |
| Total | 141.778 |

O saldo refere-se às transações realizadas pelos usuários do Sistema “Taggy” e “Parkky”, que serão arrecadadas e repassadas para a rede de aceitação de estacionamentos e concessionárias de rodovias conveniadas à Greenpass. O prazo médio para repasse do saldo é de 2 dias para clientes terceiros, e de 25 dias para as partes relacionadas.

8. ADIANTAMENTOS

| | 30/06/2024 |
|--|------------|
| Adiantamentos de 13 Salário | 128 |
| Empréstimos a Funcionário | 104 |
| Adiantamentos a prestadores de serviço | 33 |
| Adiantamentos outros | 20 |
| Total | 285 |

9. ATIVOS FISCAIS CORRENTES

| | 30/06/2024 |
|--|------------|
| Créditos de impostos federais | 2.536 |
| Pis/COFINS a recuperar | 1.644 |
| IRRF sobre aplicações financeiras | 832 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”) sobre serviços | 153 |
| Total | 5.165 |

10. DESPESAS ANTECIPADAS

| | <u>30/06/2024</u> |
|------------------------|-------------------|
| Mídias a apropriar (a) | 1.697 |
| Sinalização (b) | 276 |
| Despesas antecipadas | 241 |
| Seguros a apropriar | <u>51</u> |
| Total | <u>2.265</u> |

(a) O saldo refere-se às despesas com convênios firmados entre a Greenpass e grupos de shoppings para utilização de espaços para divulgação de mídias publicitárias por um período determinado em contrato.

(b) A rubrica é composta pelos valores despendidos na aquisição e na contratação de serviços de instalação de placas de sinalização para as praças de pedágios das rodovias em que a Companhia atua, que serão apropriados ao resultado de acordo com os prazos de vida útil vinculados aos ativos.

11. IMOBILIZADO

| | <u>Vida útil (anos)</u> | <u>Custo</u> | <u>Depreciação acumulada</u> | <u>30/06/2024 Líquido</u> |
|--------------------------------|-----------------------------|-------------------|----------------------------------|-------------------------------|
| Projetos em andamento (a) | - | 3.757 | - | 3.757 |
| Computadores e periféricos | 5 anos | <u>580</u> | <u>(372)</u> | <u>208</u> |
| Total | | <u>4.337</u> | <u>(372)</u> | <u>3.965</u> |
| Movimentação: | | | | |
| | | <u>31/12/2023</u> | <u>Adições</u> | <u>30/06/2024</u> |
| Custo: | | | | |
| Projetos em andamento | | 2.291 | 1.466 | 3.757 |
| Computadores e periféricos | | <u>551</u> | <u>29</u> | <u>580</u> |
| Total | | <u>2.842</u> | <u>1.495</u> | <u>4.337</u> |
| Depreciação acumulada: | | | | |
| (-) Computadores e periféricos | | (332) | (40) | (372) |
| Total | | <u>(332)</u> | <u>(40)</u> | <u>(372)</u> |
| Líquido | | <u>2.510</u> | <u>1.455</u> | <u>3.965</u> |

(a) Consiste na internalização da rede de captura Greenpass nos estacionamentos, shoppings e aeroportos através da construção e operação de sistemas de identificação baseados em câmeras com tecnologia LPR (reconhecimento de placa).

12. INTANGÍVEL

Composição:

| | Vida útil (anos) | Custo | Amortização acumulada | 30/06/2024 Líquido |
|--|---------------------|---------------|--------------------------|-----------------------|
| Softwares e Programas de Computador (a) | 5 anos | 12.498 | (7.761) | 4.737 |
| Software de Desenvolvimento de Aplicativos (b) | 5 anos | 2.454 | (598) | 1.856 |
| Total | | <u>14.952</u> | <u>(8.359)</u> | <u>6.593</u> |

Movimentação:

| | 31/12/2023 | Adições | 30/06/2024 |
|--|----------------|----------------|----------------|
| Custo: | | | |
| Softwares e Programas de Computador (a) | 12.076 | 422 | 12.498 |
| Software de Desenvolvimento de Aplicativos (b) | <u>1.844</u> | <u>610</u> | <u>2.454</u> |
| Total | <u>13.920</u> | <u>1.032</u> | <u>14.952</u> |
| | 31/12/2023 | Adições | 30/06/2024 |
| Amortização acumulada | | | |
| (-) Amortização de softwares | (6.553) | (1.208) | (7.761) |
| (-) Amortização de softwares de Aplicativos | <u>(447)</u> | <u>(151)</u> | <u>(598)</u> |
| Total | <u>(7.000)</u> | <u>(1.359)</u> | <u>(8.359)</u> |
| Líquido | <u>6.920</u> | <u>(327)</u> | <u>6.593</u> |

- (a) Refere-se à plataforma tecnológica que a Companhia vem construindo para integrar os meios de pagamentos automatizados já existentes nas praças de pedágio aos sistemas já existentes em seus clientes.
- (b) A Companhia detém dois aplicativos que funcionam como carteiras digitais: “Wally” e “Flow”. O primeiro é uma carteira digital “white label” que oferecerá aos parceiros de negócios as funcionalidades de serviços financeiros, transações veiculares e serviços personalizados. Já o segundo é uma carteira digital “white label” para caminhoneiros autônomos, a ser disponibilizada por Instituições de Pagamento Eletrônico de Frete (IPEFs) e demais empresas do setor de transportes de cargas.

13. FORNECEDORES

| | |
|------------------------|---------------------|
| | <u>30/06/2024</u> |
| Fornecedores Nacionais | <u>4.457</u> |
| Total | <u><u>4.457</u></u> |

Composto por saldos a pagar de natureza: seguros, benefícios a funcionários, despesas de marketing, prestadores de serviços (consultorias, assessorias, contabilidade) e despesas de comunicação (telefone, link de internet, rede de dados).

14. REPASSE

| | |
|-------------|-----------------------|
| | <u>30/06/2024</u> |
| Repasse (a) | <u>202.488</u> |
| Total | <u><u>202.488</u></u> |

(a) Refere-se a repasses para estacionamentos e concessionárias, processo pelo qual a Greenpass realiza a liquidação financeira dos valores referentes às transações realizadas pelos usuários do Sistema "Taggy" e "Parkky" para a rede de aceitação de estacionamentos e concessionárias de rodovias conveniadas. O prazo médio de repasse é de 30 dias.

15. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Adiantamento de clientes referem-se a depósitos realizados pelos clientes da Companhia para garantir o repasse dos valores das transações realizadas pelos seus usuários nas praças de pedágio.

| | |
|--------------------------|---------------------|
| | <u>30/06/2024</u> |
| Adiantamento de Clientes | <u>8.481</u> |
| Total | <u><u>8.481</u></u> |

16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

| | |
|------------------------------------|---------------------|
| | <u>30/06/2024</u> |
| Provisão de Bônus (a) | 987 |
| Provisão de férias e encargos | 238 |
| INSS a recolher | 149 |
| Provisão de 13º salário e encargos | 135 |
| IRRF sobre salário | 114 |
| FGTS a recolher | <u>38</u> |
| Total | <u><u>1.661</u></u> |

(a) O bônus é estipulado de acordo as metas de performance estabelecidas pela Companhia acompanhada da política de bônus em vigência, devidamente aprovadas pela diretoria e Conselho de Administração.

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES

| | <u>30/06/2024</u> |
|-----------------------------------|-------------------|
| ISS sobre faturamento a recolher | 47 |
| PIS/COFINS/CSLL retido a recolher | 27 |
| IRRF s/ terceiros a recolher | <u>8</u> |
| Total | <u>82</u> |

18. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As provisões das ações judiciais para riscos tributários cíveis e trabalhistas são constituídas levando-se em consideração a Legislação em vigor, a opinião de assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitiram estimar o seu valor, e cuja probabilidade de perda esteja classificada como provável.

Em 30 de junho de 2024 a Companhia não possui ações judiciais de qualquer natureza com probabilidade de perda provável passível de provisão.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia possuía um processo cível, sendo classificado como possível no valor de R\$10.450, direcionado ao Banco C6 S.A. (cliente da Companhia), em que a autora alega contratação do aplicativo de forma gratuita e a empresa não cumpriu com o ofertado e pleiteia indenização por danos morais. A Companhia foi citada na ação como parte solidária, por oferecer ao Banco C6 S.A. o serviço "Taggy". A Companhia aguarda determinação judicial.

A Companhia possuía contrato de prestação de serviços com a Desenvolvimento Rodoviário S.A. (DERSA) para prestação de serviços do sistema "Taggy". Em outubro de 2020, no âmbito de seu processo de recuperação judicial, a DERSA foi sub-rogada pelo Departamento Hidroviário (DH), a quem a Companhia passou a efetuar os repasses referentes às transações processadas. Em julho de 2021, a Companhia recebeu um ofício que determinava o depósito em juízo de 9% dos valores recebidos nas travessias de balsas do Estado de São Paulo em nome da requerida - DERSA ou sucessores dos serviços, como cumprimento da decisão de fls. 357/360 do Processo nº 1019215-82.2020.8.26.0053. Portanto, em cumprimento ao ofício supracitado, a Companhia deposita em juízo o percentual dos valores recebidos nas travessias de balsas do Estado de São Paulo, porém a Companhia não realiza registros contábeis deste processo por não envolver passivos da Companhia.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social

Em 30 de junho de 2024, capital social da Companhia é de R\$66.933 e está dividido em 308.103 ações, sendo 289.118 ordinárias e 18.985 preferenciais. A composição das ações é conforme abaixo:

| ACIONISTAS | 30/06/2024 | | | |
|---|------------|----------|---------|---------|
| | AÇÕES ON | AÇÕES PN | TOTAL | % |
| Edenred Soluções de Mobilidade e Instituição de Pagamento HU S.A. | 147.451 | 9.682 | 157.133 | 51,00% |
| Kromus IX Fundo de Investimento em Participações | 31.092 | - | 31.092 | 10,09% |
| Carlo Andrey da Silva Gonçalves | 15.920 | - | 15.920 | 5,17% |
| Nicole Medeiros Cumerlato | 12.219 | - | 12.219 | 3,97% |
| Carolina Medeiros Cumerlato | 12.219 | - | 12.219 | 3,97% |
| José Carlos Augusto Bonchristiano | 10.393 | - | 10.393 | 3,37% |
| Cassio Schmitt | 10.121 | - | 10.121 | 3,28% |
| Gustavo Kehl Jobim | 9.380 | 621 | 10.001 | 3,25% |
| Daniel Zilberknop | 8.359 | - | 8.359 | 2,71% |
| Victor do Nascimento Leal Junior | 7.371 | - | 7.371 | 2,39% |
| Antonio Ricardo Sacramento Madureira | 7.190 | - | 7.190 | 2,33% |
| José Ricardo de Paulo | 6.699 | - | 6.699 | 2,17% |
| João Luis Cumerlato | 3.990 | - | 3.990 | 1,30% |
| Outros | 6.714 | 8.682 | 15.396 | 5,00% |
| Total | 289.118 | 18.985 | 308.103 | 100,00% |

19.2 Distribuição de dividendos

Conforme estatuto é conferido aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de reserva legal, conforme artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Não houve distribuição de dividendos em função do prejuízo auferido no semestre findo em 30 de junho de 2024.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui saldos a pagar com empresas ligadas, oriundos de operações de mútuos "intercompany" e saldos a receber oriundos de operações de pedágios e estacionamento. Abaixo os detalhes:

| ATIVO | 30/06/2024 |
|---|------------|
| <u>Outras contas a receber</u> | |
| Edenred Soluções de Mobilidade e Inst. de Pagto HU S.A. (a) - nota explicativa nº 7 | 136.070 |
| Ticket Soluções HDFGT S.A. (b) | 816 |
| Total | 136.886 |
| | |
| PASSIVO | 30/06/2024 |
| <u>Empréstimos - empréstimos mútuo</u> | |
| Ticket Soluções HDFGT S.A. (b) | 31.364 |
| <u>Outras contas a pagar</u> | |
| Ticket Serviços S.A. (c) | 106 |
| Total | 31.470 |

- (a) Refere-se às transações realizadas pelos usuários do Sistema “Taggy” e “Parkky” (clientes da Edenred Soluções de Mobilidade e Inst. de Pagto HU S.A. (“Edenred Mobilidade”), que serão arrecadadas pela Edenred Mobilidade e repassadas a Companhia em um prazo médio de 25 dia.
- (b) Valor de mútuo com a parte relacionada, conforme detalhado a seguir e cobrança de despesas de folha de pagamento relacionado a funcionários da Ticket Soluções HDFGT S.A. (“Ticket Log”) que prestam serviços para a Greenpass.

Em janeiro de 2024, foi constituído em favor da Companhia pela Ticket Log um mútuo no valor R\$14.000, corrigido pelo equivalente a 100% do CDI e 4,75% ao ano. Em abril de 2024, foi constituído em favor da Companhia pela Ticket Log um mútuo no valor R\$15.500, corrigido pelo equivalente a 100% do CDI e 4,75% ao ano.

Movimentação do saldo:

| <u>31/12/2023</u> | <u>CAPTAÇÃO</u> | <u>IOF</u> | <u>JUROS</u> | <u>IRRF</u> | <u>PAGAMENTO</u> | <u>30/06/2024</u> |
|-------------------|-----------------|------------|--------------|-------------|------------------|-------------------|
| 17.503 | 29.500 | 329 | 2.079 | (272) | (17.775) | 31.364 |

- (c) Saldo refere-se a cobrança de despesas de folha de pagamentos relacionado aos funcionários oriundos da Greenpass que foram transferidos para Ticket Serviços.

| | <u>30/06/2024</u> |
|---|-------------------|
| | Receitas |
| Receitas de prestação de serviços - Mensalidade | |
| Ticket Soluções HDFGT S.A. | 4.030 |
| Edenred Soluções de Mobilidade e Inst. de Pagto HU S.A. (a) | 869 |
| Total | <u>4.899</u> |

| | <u>30/06/2024</u> |
|--|-------------------|
| | Despesas |
| <u>Despesas financeiras</u> | |
| Ticket Soluções HDFGT S.A. - empréstimos (mútuo) | 2.079 |
| Total | <u>2.079</u> |

21. IMPOSTO DE ROENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

21.1. Apuração do IRPJ e CSLL

- a) Reconciliação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):

| | <u>30/06/2024</u> |
|---|-------------------|
| Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL | (10.439) |
| Alíquota vigente | 34% |
| Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente | <u>3.549</u> |

30/06/2024

Efeito das adições/exclusões do período:

| | |
|--|-------|
| Diferenças permanentes (i) | (61) |
| Despesa de IRPJ e CSLL | 3.488 |
| Provisão para imposto de renda corrente | - |
| Provisão para contribuição social corrente | - |
| IRPJ diferido | 2.534 |
| CSLL diferido | 954 |
| Alíquota efetiva | 33% |

(i) As diferenças permanentes em referem-se substancialmente as adições oriundas de despesas com brindes, multas, patrocínio e exclusões por conta de incentivos fiscais, conforme demonstrado a seguir:

30/06/2024

| | |
|---|------|
| Gratificação, variação monetária e outros | (61) |
| Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente | (61) |

b) Movimentação do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos:

| | <u>31/12/2023</u> | <u>Movimentação</u> | <u>30/06/2024</u> |
|--|-------------------|---------------------|-------------------|
| Provisão prejuízo fiscal | 22.965 | 3.488 | 26.453 |
| Total de crédito tributário de IR e CS - Ativo | <u>22.965</u> | <u>3.488</u> | <u>26.453</u> |

c) Expectativa de realização dos ativos:

A Administração avaliou a realização dos ativos diferidos, conforme plano de negócios, e a expectativa é que o benefício seja inteiramente consumido, conforme demonstrado a seguir:

30/06/2024

Ativos

| | |
|-------|---------------|
| 2025 | 615 |
| 2026 | 4.648 |
| 2027 | 5.113 |
| 2028 | 5.624 |
| 2029 | 6.187 |
| 2030 | 4.266 |
| Total | <u>26.453</u> |

Em 30 de junho de 2024, o valor presente líquido dos ativos fiscais diferidos estimados é de R\$20.815, considerado a taxa Selic do período.

22. RECEITAS

| | <u>30/06/2024</u> |
|--|-------------------|
| Mensalidade (a) | 9.208 |
| Diária de uso (b) | 2.292 |
| MDR Estacionamentos (c) | 596 |
| Vale-pedágio (d) | 38 |
| Receita Wally/Mobbyhub | 12 |
| Outras receitas - Setup (f) | 132 |
| Impostos sobre o faturamento (e) | (306) |
| Receita líquida de prestação de serviços | <u>11.972</u> |
| Receita de intermediação financeira | <u>3.125</u> |
| Receita operacional líquida | <u>15.097</u> |

- (a) Refere-se à remuneração mensal pela prestação dos serviços da Greenpass para os clientes e partes relacionadas.
- (b) Refere-se a uma modalidade de cobrança realizada aos clientes pela utilização de nossos serviços diários.
- (c) Refere-se à remuneração pela prestação dos serviços para os estacionamentos conveniados. É cobrada uma taxa sobre o valor da transação e cujo percentual varia dependendo da negociação comercial realizada.
- (d) Refere-se a uma modalidade de prestação de serviço realizada através de agendamento de passagens nos pedágios das concessionárias. A Greenpass cobra uma taxa por agendamento de viagem.
- (e) Refere-se a impostos de PIS (0,65%), COFINS (3%) e ISS (2% a 5%) incidentes sobre o faturamento.
- (f) Refere-se à serviços de suporte durante a fase de desenho do produto e implementação das integrações nos ambientes sistêmicos da Greenpass aos clientes.

23. CUSTOS E DESPESAS

23.1. Custos de Serviços Prestados

| | <u>30/06/2024</u> |
|----------------------------|-------------------|
| Rede de aceitação (a) | 9.120 |
| Tecnologia (b) | 1.888 |
| Atendimento | 54 |
| Outros Custos Operacionais | 625 |
| TOTAL | <u>11.687</u> |

- (a) Rede de aceitação: custos relacionados ao monitoramento, sustentação e manutenção da rede de estacionamentos conveniados da Companhia. Em 30 de junho de 2024 a rede era composta por 277 estacionamentos automatizados, localizados em shopping centers, aeroportos e edifícios comerciais.

- (b) Tecnologia: composto principalmente por links de dados, licenças de software e serviços de computação em nuvem (“cloud computing”), que incluem máquinas virtuais, bancos de dados, armazenagem, entre outros.

23.2. Despesas com pró-labore e pessoal

| | <u>30/06/2024</u> |
|----------------------------------|-------------------|
| Salários e outras remunerações | 1.784 |
| Serviços Prestados por terceiros | 1.390 |
| Pró-Labore | 1.269 |
| INSS | 649 |
| Assistência médica | 287 |
| Vale refeição | 183 |
| FGTS | 149 |
| Bônus | 88 |
| Seguro de vida | 11 |
| TOTAL | <u>5.810</u> |

23.3. Despesas operacionais e administrativas

| | <u>30/06/2024</u> |
|--|-------------------|
| Luvas para Rede Aceitação (a) | 1.932 |
| Depreciações e amortizações | 1.399 |
| Prestações serviços de terceiros | 774 |
| Despesas com honorários advocatícios | 131 |
| Concessionárias e estacionamentos (b) | 69 |
| Aluguéis e locações | 38 |
| Outras despesas gerais e administrativas (c) | 908 |
| TOTAL | <u>5.251</u> |

- (a) Refere-se a despesas de luvas pagas para o credenciamento nos grupos de shoppings e estacionamentos.
- (b) Refere-se a despesas com serviços prestados por terceiros e relacionados à operação da Greenpass nas concessionárias, compostos por amortização das placas de sinalização, suporte e manutenção, links de dados e integrações sistêmicas.
- (c) Refere-se as despesas com propagando e publicidade, associações e sindicatos, ferramentas, viagens e estadias.

23.4. Despesas tributárias

| | <u>30/06/2024</u> |
|---|-------------------|
| Impostos e taxas diversas | 24 |
| Taxa de fiscalização de estabelecimento | 2 |
| | <u>26</u> |

24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

24.1. Receitas financeiras

| | <u>30/06/2024</u> |
|------------------------------------|-------------------|
| Receita com aplicações financeiras | 31 |
| Juros empréstimos a funcionário | 4 |
| | <u>35</u> |

24.2. Despesas financeiras

| | <u>30/06/2024</u> |
|-----------------------------|-------------------|
| Juros sobre empréstimos (a) | 2.079 |
| IOF | 452 |
| Despesas bancárias | 119 |
| COFINS s/ outras receitas | 126 |
| PIS s/ outras receitas | 21 |
| | <u>2.797</u> |

(a) Juros sobre mútuo com partes relacionadas, vide nota explicativa nº 20.

25. PREJUÍZO POR AÇÃO

A Companhia possui ações ordinárias e preferenciais. A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ações ou com característica de patrimônio líquido, portanto, o prejuízo diluído por ação é igual ao lucro básico por ação.

O prejuízo por ação, está demonstrado a seguir:

| | <u>30/06/2024</u> |
|---|-------------------|
| Prejuízo Líquido | (6.951) |
| Quantidade de ações ordinárias e preferenciais (em milhares) utilizadas na apuração do lucro por ação | 308 |
| Prejuízo por ação - R\$ | <u>(22,57)</u> |

26. SEGUROS

A Companhia possui seguros vigentes em 30 de junho de 2024, de responsabilidade civil e de vida, considerados suficientes pela Administração para cobertura dos riscos envolvidos.

| | <u>2024</u> |
|--|----------------|
| RESPONSABILIDADE CIVIL ADMINISTRADORES | 120.000 |
| RESPONSABILIDADE CIVIL | 8.700 |
| Total | <u>128.700</u> |

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIRO

Gerenciamento da estrutura de capital e riscos

Visando o atendimento à Resolução BCB nº 198/2022, a Greenpass, adota uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades da instituição e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os riscos sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados, mitigados.

A Greenpass possui e segue a política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

a) Risco operacional

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, o risco e a complexidade de suas operações, com base em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a Companhia, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

b) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não ser capaz de: i) honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e ii) não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

A Companhia gerencia o risco de liquidez, sendo os investimentos efetuados em instituições financeiras de primeira linha e mantendo saldos de caixa e aplicações financeiras suficientes para honrar seus compromissos.

Risco cambial

A Companhia não está direta e significativamente exposta ao risco cambial.

c) Gerenciamento de capital

As instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil devem manter um Patrimônio Líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos. A partir de 17 de abril de 2024, data da autorização pelo Banco Central do Brasil para a Companhia atuar como instituição de pagamento, a Companhia passou a fazer parte do Conglomerado Prudencial do Grupo Edenred, tendo a Edenred Soluções e Instituições de Pagamentos AHA S.A. como líder do Conglomerado. Os limites de capital regulatório são apurados de forma consolidada e apresentados nas demonstrações financeiras da líder do conglomerado prudencial.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve nenhum evento subsequente à data base das demonstrações financeiras que necessite de divulgação.

GREENPASS TECNOLOGIA EM PAGAMENTOS S.A.

João Luis Cumerlato
Diretor - CPF 391.454.330-20

SKZ CONTABILIDADE LTDA.

Marcio Hideki Tamura
CRC 1SP 225.517.04
